

“PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER”: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER NAS CEBs DO AGRESTE CENTRAL DE PERNAMBUCO

*Pesquisa realizada com financiamento do INICIA
no âmbito da Iniciação Científica da ASCES-Unita.*

Julyana do Nascimento Andrade – ASCES/Unita.

julyananascimento21@hotmail.com

José Almir do Nascimento – SEMEC

josealmirdonascimento@gmail.com

1. Introdução

As Comunidades do agreste central de Pernambuco que surgiram na década de 1970 de forma dispersas, foram abrindo canais de diálogo em prol de ações articuladas tendo como pilar “um novo jeito de ser Igreja, para construir uma sociedade nova” (GUERRA et al, 1992, p. 08), nas décadas seguintes. E, no final dos anos 1980, ergueram a Fundação Santuário das Comunidades, lugar que se constituiu como um centro de educação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), catalisando práticas de educação não formal para o empoderamento das mulheres.

De tal modo, nosso estudo parte da premissa que, no início de 1990, as CEBs do agreste pernambucano lutavam “pelos direitos da mulher, porque ela ainda é muito oprimida e submissa. (...) E ela tem os mesmos direitos que o homem à participação no mundo, à formação, à tomada de decisão, ao lazer, etc. Não é pra ficar presa à casa” (GUERRA et al, 1992, p. 14).

Ao tomarmos como ponto de partida tal indicativo, questionamos: as práticas pedagógicas utilizadas para o empoderamento da mulher de CEBs do agreste central de Pernambuco, na década de 1990, proporcionou o empoderamento almejado?

Para responder a esta questão-chave, este trabalho tem como objetivo investigar os indícios do empoderamento de mulheres participantes em suas comunidades de origem, decorrentes das práticas pedagógicas desencadeadas pela Fundação Santuário das

Comunidades, nos anos 1990, partindo da hipótese que as mulheres que se fizeram partícipes desse projeto de cidadania ativa incorporaram uma experiência de (auto)construção, (auto)percepção e (auto)libertação.

Esta investigação é subsidiária da pesquisa “O despertar de si: relações de gênero e convivência com as Irmãs Cordimarianas no município de Riacho das Almas - PE, entre os anos de 1982 e 1997”, realizada como iniciação científica. Para a investigação em curso, articulamos uma revisão bibliográfica do papel que a mulher vai assumindo na comunidade, a partir da participação nas CEBs, um levantamento de documentos produzidos pelo Santuário das Comunidades para a formação dos seus sujeitos e entrevistas com lideranças femininas.

Na perspectiva de análise, perseguimos a teoria de analítica de conteúdo (BARDIN, 2011) com a intenção de desvelar os indícios trazidos pelas percepções do objeto em estudo.

2. Práticas de educação não formal e o empoderamento feminino nas CEBs

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996) prescreve, no primeiro artigo, que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Por sua vez, Maria da Glória Gohn (2006) explica que a educação se constitui por três diferentes contornos: formal, como ocorre nas escolas; informal, que decorre de processos naturais e espontâneos; não formal, quando existe a intenção de determinados sujeitos em criar ou buscar determinados objetivos de conhecimento fora do ambiente escolar.

A autora em tela aponta que são várias as dimensões da educação não formal, desencadeadas como processos de aprendizagem. Dentre as quais,

a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; (...) a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo (GOHN, 2006, p. 28).

Isto é, busca possibilitar por meio de um conjunto de conhecimentos, que os indivíduos se tornem “cidadãos do mundo, no mundo” (GOHN, 2010, p. 19). Balizado por tal princípio, propõe-se a uma *práxis* pedagógica dialógica e filosófica de *ser-no-mundo* transformação e libertação das opressões. Tem sido utilizada para potencializar o preparo para o exercício da

cidadania, especialmente por meio da transmissão de informações atualizadas, na urgência das tensões sociais e da formação política para a justiça social.

Dentro deste horizonte o plano pedagógico dessas Comunidades ganha seu significado de *práxis libertadora*. De tal modo, a participação nas CEBs tem desencadeado processos de emancipação e traz em si o sentido de libertação, conforme tem observado Maria José F. Rosado Ribeiro (2003), Lucia Nunes (1994), Nascimento (2014), Andrade (2019).

Apesar disso, a afirmação da mulher como protagonista, de um modelo eclesiológico e de uma sociedade incluyente, não se deu como fato natural ou automático, o amadurecimento das discussões vai sendo construído lentamente, a partir do próprio (auto)reconhecimento destas mulheres, como sujeitas de emancipação.

E isso deu-se por meio das leituras mediatizadas pelas realidades de opressão, exclusão e silenciamento, bem como por consequência de que, “as Comunidades Eclesiais de Base constituem, no interior da Igreja, um espaço privilegiado para questionar as relações de dominação” (RIBEIRO, 2003, p. 227). De fato, ao perseguir a libertação de todas as formas de opressão, galgar a igualdade de gênero pode ser considerado um dos seus princípios inalienáveis.

As narrativas didáticas das CEBs do agreste de Pernambuco inicialmente exaltam a representatividade da mulher por meio daquilo que lhe é de característico, muitas vezes descritas como as lutas próprias da sobrevivência, relacionada com aspectos gerais de mantenedora do bem-estar doméstico: a casa, a seca, a fome, a carestia, a saúde.

Posteriormente, as questões que lhes afetam no cotidiano, como as relações de poder na vida comunitária, a vida política e o trabalho. Aos poucos, vão permitindo às mulheres chegarem a uma (auto)consciência e incorporar a noção de “direitos da mulher”.

Para assegurar a participação feminina nos espaços de gestão comunitária, a Fundação Santuário das Comunidades utiliza de recursos de fácil absorção linguística e cultural, tais como, a elaboração de cancionário, de autoria das mulheres participantes dessas formações, em que apresenta as mulheres como protagonistas das (próprias) histórias.

Além disso, as histórias de vidas das mulheres que assumiram lideranças e exercem, com autônima, sua vivência comunitária são narradas nas cartilhas de formação e de celebração, dispondo de uma imagem positiva do feminino e de afirmação da igualdade em direitos e

deveres de homens e mulheres. Igualmente, faz-se rotineiramente memória das matriarcas das Comunidades de Base.

3. Considerações

A participação nas CEBs induz as mulheres a tomar consciência gradual de si, e consequentemente, vai tomando consciência dos seus direitos, colaborando para o processo de sua participação ativa na comunidade, implementando novas tecnologias pedagógicas de governo, impactando na construção da identidade comunitária.

Referências

Brasil. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 02. nov. 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

FUNDAÇÃO SANTUÁRIO DAS COMUNIDADES. *Novena de Natal*. Um novo jeito de ser Igreja. Caruaru: 1986. p 25-26.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Avaliação de políticas públicas educacionais*, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GUERRA, Áurea. Et. al. *Cartilha das Comunidades*. Fundação Santuário das Comunidades: Caruaru, 1992.

NASCIMENTO, José Almir. *Entre Rezas e Resistências: a mística política das Comunidades Eclesiais de base no agreste de Pernambuco*. Recife: UNICAP, 2006

NUNES, Maria José F. Rosado. De mulheres, sexo e Igreja: uma pesquisa e muitas interrogações. In: COSTA, A.; AMADO, T. (Org.). *Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas: PRODIR, 1994.

RIBEIRO, Lúcia. Nos meandros da caminhada: a questão de gênero nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 5, n. 5, out. 2003